

Conhecer para mudar

O desafio brasileiro de nossos dias é avançar na consolidação e aprofundamento do processo democrático sem dar quartel à grave crise econômica que hoje chega a ameaçar a própria tessitura social.

Política e economia constituem um sistema de vasos comunicantes, equilibrados, em harmonia tão concertada e de implicações dialéticas tão fortes, que se torna muito difícil ao observador distinguir entre causas e efeitos. Mas a história sabe, e nos ensina, que não existe crise econômica sem reflexos na vida social. A democracia não é fenômeno autônomo: a estabilidade política é produto da paz social e esta pressupõe um nível mínimo de estabilidade econômica.

O Brasil enfrenta hoje, vencidas todas as experiências republicanas — que compreenderam revoluções, revoltas, sublevações e golpes-de-Estado — o grande desafio de promover sua emancipação econômica nos marcos da democracia representativa. O fracasso dessa experiência cobrará preço altíssimo, provavelmente irrecuperável, ao nosso projeto de civilização, com graves repercussões em nosso continente. Nesses momentos de crise casam-se a desesperança da maioria da população, convencida da desvalia de seu voto, e o niilismo da pequena-burguesia, simplesmente envolvida e dedicada à sua revolução pessoal. Se falharmos, a História não nos perdoará.

O desafio é promover o desenvolvimento — com vistas ao combate às insuportáveis desigualdades sociais, às condições iníquas em que mal sobrevivem milhões de brasileiros — aprofundando o processo democrático, dura conquista de nosso povo, da qual não abrimos mão. Inserir-se na economia e na política unipolar de forma soberana, no sentido em que soberania seja a possibilidade de priorizar

os interesses nacionais, mantendo-se o país altivo e aberto às trocas internacionais.

Este é o desafio de promover as mudanças cobradas pela sociedade e negadas pelas forças que sustentam e querem perpetuar o *statu quo*.

A história de nosso país, aliás, reflete esse comportamento pendular, que faz com que no interior da sociedade se empenhem, em luta permanente, de um lado, aquelas forças que forcejam por avançar, e de outro, aquelas forças servas da continuidade, com o passado sobrevivendo no futuro, a noite querendo impedir o amanhecer para continuar evitando que jamais possamos conhecer a alvorada do novo dia com que sonha nossa gente.

Nesse entrechoque de forças desiguais talvez se encontre uma das características de nosso atraso histórico, que é a permanente conciliação das elites, sempre aliadas quando se trata de frustrar as reformas, instrumento de desenvolvimento e meio de aprofundar o projeto democrático. Por isso mesmo, os entendimentos de cúpula, na tradição republicana, encampam e substituem os movimentos de massa, o discurso e as traições das elites emudecem o povo e desfazem a confiança deste na soberania popular.

É tal a ordem de comprometimento das instituições e dos mecanismos do processo decisório com essa tendência conciliadora, conciliadora dos interesses dominantes, que muitas vezes os processos mudancistas – como ilustra o movimento pelas ‘reformas de base’ da primeira metade dos anos 60 – esbarram na realidade objetiva construída pela consciência conservadora das grandes elites, em muitas hipóteses apartadas dos interesses nacionais, e portanto, descomprometidas com o futuro do país. Constrói-se, assim, de forma renovada, e sob a égide do globalismo, e presentemente de forma ainda mais aguda, a contradição nacional-internacional.

São tão presentes e poderosos os interesses que militam contra o novo, que o projeto de mudanças precisa não só mobilizar a sociedade, promovendo o mais amplo debate sobre nossos problemas, nossos conflitos, nossas políticas, nossos interesses, como também apontar para a construção de alternativas.

As políticas desenvolvidas pelas elites dominantes, em consórcio com a ação e os interesses das grandes potências, ademais da herança colonialista, separaram entre si os países sul-americanos, fazendo de nosso continente um arquipélago de povos artificialmente afastados, de interesses conflitantes, campo, até para guerras fratricidas. Cumpre ao Brasil papel histórico na reorganização da pátria sul-americana, integrando nossos povos não só economicamente, mas acima de tudo política e culturalmente. Nenhum de nossos países pode almejar à independência e à soberania como projeto isolado. Nossas alternativas são comuns, nada obstante as diferenças de desenvolvimento que separam ainda mais nossos países entre si. O Mercosul, nesse sentido, é uma grande iniciativa que visa à integração continental, e nesse sentido precisa ser melhor conhecido, apoiado, aprofundado e alargado em seus objetivos e nos limites de seus pactos.

Conhecer para mudar, porque não há independência política sem a preservação dos valores nacionais, sem emancipação econômica e cultural. Conhecer, fazendo da mudança um Projeto nacional, isto é, da nacionalidade, congregando as mais diversas forças políticas e econômicas, intelectuais, empresários, militares, associações de classe, num grande debate, numa grande reflexão, o diagnóstico da realidade brasileira como primeiro passo para sua transformação, recolocando na ordem do dia as teses centrais da nacionalidade e do desenvolvimento, abafadas, escondidas, escamoteadas pela priorização de questões contábeis e superestruturais.

Desgraçadamente, tal é o nosso atraso, que permanecem dramaticamente atuais questões que nos empolgam há mais de 50 anos, como a industrialização e o desenvolvimento autônomo, a reforma universitária, a reforma agrária, a dívida pública e a equação da dívida externa, e, por fim, a reforma do Estado, de par com a exigência histórica de modernização do país, de seu desenvolvimento científico e tecnológico, de sua industrialização e, acima de tudo, para uma correta política de distribuição de renda, ponto de partida para a criação de um mercado interno pujante, base de qualquer política independente.

Acresce em nossos dias a mediocrização do debate nacional, fruto da crise política nacional no mais das vezes conduzida por uma imprensa reflexa, fruto da crise dos partidos políticos, da crise do ensino em geral e da vida universitária de modo particular, da crise do sindicalismo absorto em seus pleitos econômicos, fruto enfim do esvaziamento da política e a despolitização do debate, em prejuízo da reflexão sobre os graves problemas brasileiros.

O **Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, CEBELA**, sociedade civil sem fins lucrativos (OSCIP), fundada há 22 anos, com sede na cidade do Rio de Janeiro, pretende promover no curso dos próximos anos o **Projeto Pensar Brasil**, programa de estudos, pesquisas, debates e edições de estudos e reflexões que ajudem a compreender o Brasil e a buscar soluções mediante o diálogo com pesquisadores, pensadores, instituições universitárias, empresariado, entidades de classe e todas as forças interessadas na promoção do desenvolvimento e da igualdade social, numa mobilização de pensadores sem preconceitos ideológicos ou condicionantes partidários.

Algumas das atividades do Projeto Pensar Brasil programadas para 2004:

- Edição de quatro números da revista *Comunicação&política* (que circula ininterruptamente há 22 anos), dedicada ao debate das questões acima afloradas.
- Lançamento da revista de debates *PensarBrasil* (título provisório), bimestral, destinada ao grande público.
- Realização da pesquisa *Perspectivas econômicas do Mercosul*.
- Realização de pesquisa e Seminário sobre o Brasil 2022 (o Brasil que possivelmente teremos, o Brasil que queremos ter).
- Realização de uma série de seminários e mesas-redondas sobre o golpe de 64 e as administrações militares. Edição de um livro.
- Realização de uma série de seminários e mesas-redondas sobre:
 - Reforma Universitária;
 - Universidade e ensino público;

- Reforma agrária e desenvolvimento nacional;
- A ação do Estado e o desenvolvimento do Nordeste;
- A questão energética brasileira;
- Política de ciência e tecnologia e desenvolvimento nacional;
- Política econômica, dívida externa e desenvolvimento nacional;
- Interiorização e pluralização da mídia;
- Globalização e desenvolvimento nacional;
- Crime organizado e segurança pública;
- Partidos e Reforma política;
- Reformas sindical e trabalhista;
- Movimentos sociais brasileiros;
- Relações internacionais, política externa, segurança internacional e política de defesa;
- Política de defesa, proteção ambiental e demarcação de terras indígenas;
- A Amazônia;
- Agricultura familiar e agronegócios;
- Uma nova diplomacia brasileira e seus agentes.

Roberto Amaral